

A petição de ev. 64, juntada aos autos por LITUCERA LIM-PEZA E ENGENHARIA LTDA., é cópia daquela autuada sob nº 11991.289.21-1.

O tratamento ao pedido que ela contém será dado nos autos do processo assim identificados, em respeito à orientação veiculada pelo Comunicado GP nº 3/2013 (DOE de 18/9/2013).

Considerando o exposto, invalide-se o correspondente movimento e prossiga-se.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00011991.989.21-1. REQUERENTE: LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA (CNPJ 62.011.788/0001-99). ADVOGADO: VANESKA GOMES (OAB/SP 148.483). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (CNPJ 50.122.571/0001-77). ASSUNTO: Recurso de Pedido de Reconsideração. EXERCÍCIO: 2021. RECURSO/AÇÃO DO: 00016934.989.20-3.

LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA. pede reconsideração do Acórdão proferido em 14 de maio de 2021, em grau de recurso ordinário, pelo e. Tribunal Pleno.

Pedido de reconsideração é o recurso cabível ante decisão de competência ORIGINÁRIA do Tribunal Pleno, conforme reza o art. 58 da Lei Complementar estadual nº 709, de 1993.

Não se presta, por esse motivo, para combater decisão desse órgão colegiado, proferida no exercício da sua função revisora, como é o caso.

Em virtude de ter sido apresentado cinco dias após a data da publicação do Acórdão recorrido, poderia atrair o benefício previsto no art. 54, "caput", da LC nº 709/1993, e ser recebido como embargos de declaração.

Ocorre, todavia, que a petição não respeita os requisitos fixados pelos arts. 66 e 67 do mesmo diploma legal.

Sob qualquer prisma com que se aborde a petição, ela é impertinente.

Considerando o exposto e com fundamento no art. 138, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCESP, indefiro "in limine" a petição de ev. 1.

Publique-se e, quando oportuno, archive-se.

PROCESSO: 00006919.989.20-2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA (CNPJ 45.290.426/0001-65). ADVOGADO: DAVID AUGUSTO CASAGRANDE (OAB/SP 320.419). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00000922.989.21-5, 00006741.989.21-4.

Ciente do informado pela UR-03 (ev. 15).

Publique-se e retornem os autos à Unidade Regional de Campinas - UR-03 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00007116.989.20-3. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORUNGABA (CNPJ 45.755.238/0001-65). ADVOGADO: ALEXANDRE SEGATTO CIARABELLO (OAB/SP 229.895) / KEITH NAKANO (OAB/SP 231.513) / IVANDO CESAR FURLAN (OAB/SP 238.658). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00000898.989.21-5, 00006684.989.21-3.

Ciente do informado pela UR-03 (ev. 15).

Retornem os autos à Unidade Regional de Campinas - UR-03 para prosseguimento de sua instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00007283.989.20-0. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA (CNPJ 45.781.176/0001-66). ADVOGADO: EDUARDO MOREIRA MONGELLI (OAB/SP 266.002). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00000842.989.21-2, 00006782.989.21-4.

Ciente do informado pela UR-03 (ev. 16).

Retornem os autos à Unidade Regional de Campinas - UR-03 para prosseguimento de sua instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00007185.989.20-9. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA (CNPJ 45.780.095/0001-41). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00000844.989.21-0, 00006783.989.21-3.

Ciente do informado pela UR-03 (ev. 15).

Retornem os autos à Unidade Regional de Campinas - UR-03 para prosseguimento de sua instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00007024.989.20-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIUTI (CNPJ 67.160.481/0001-73). ADVOGADO: CLAUDIA CRISTINA SOARES (OAB/SP 393.589). INTERESSADO(A): ANDERSON SANTOS CORREIA (CPF 278.319.058-39). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00000856.989.21-5, 00006788.989.21-8.

Ciente do informado pela UR-03 (ev. 63).

Retornem os autos à Unidade Regional de Campinas - UR-03 para prosseguimento de sua instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00005736.989.21-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA (CNPJ 45.735.552/0001-86). ADVOGADO: MARIA LAURENTINA SOARES (OAB/SP 72.984) / CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471). CONTRATADO(A): INSTITUTO MEDIZIN DE SAUDE - IMEDIS (CNPJ 15.532.870/0001-89). INTERESSADO(A): LUCAS SIA RISSATO (CPF 395.283.878-02). VILMA ZACHARIAS SIA (CPF 149.885.198-30). ASSUNTO: Termo de Contrato nº 005/2021, decorrente da Dispensa de Licitação, assinado em 21/01/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Artur Nogueira x Instituto Medizin de Saúde - IMEDIS, cujo objeto é a contratação de 5 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), para pacientes com COVID-19, junto ao Serviço Municipal de Saúde, num total de 90 diárias. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00005780.989.21-6, 00011031.989.21-3.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA, já qualificada nos autos, requer prorrogação de prazo, por 30 dias, para manifestar-se.

Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados. Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00010437.989.21-3. CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTAO DE CONTRATOS DE SERVICOS DE SAUDE - CGCS - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0156-20). CONVENIADO(A): UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33). INTERVENIENTE: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP (CNPJ 49.607.336/0001-06). INTERESSADO(A): JEANCARLO GORINCHTEYN. EDUARDO RIBEIRO ADRIANO. DANILO CESAR FIORE. MARCELO KNOBEL. PAULO FERREIRA DE ARAUJO. ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 03/2021 ao Convênio de Parceria - Desconto de recurso de custeio nos meses de maio e junho do presente exercício em virtude do não cumprimento da Atividade Assistencial - Consulta Médica no ano de 2020, no AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE SANTA BARBARA D'OESTE - AME SANTA BARBARA D'OESTE. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 239.989.17-1.

Ficam as partes NOTIFICADAS para, no prazo de 30 dias, conhecerem o teor do Relatório de Fiscalização produzido na UR-3 (ev. 18) e, ante o exposto, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e a guarde-se.

Caso não haja manifestação da conveniada, determino, desde já, seja notificada por A.R., fixando-se igual prazo para resposta. Não encontrada, determino o acionamento do disposto no artigo 91, IV, da Lei Complementar 709/93.

PROCESSO: 00009648.989.21-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA (CNPJ 46.316.600/0001-64). ADVOGADO: ELAINE APARECIDA DOS SANTOS (OAB/SP 143.622) / MARCOS FELIPE DE PAULA BRASIL (OAB/SP 244.714) / BARBARA CLIVATE COSTA (OAB/SP 306.394). CONTRATADO(A): OXIGENIO DO BRASIL CONSTRUCAO CIVIL LTDA (CNPJ 13.559.062/0001-80). INTERESSADO(A): ALEXANDRE DE OLIVEIRA SILVA (CPF 296.808.228-00). EDUARDO BOIGUES QUEROZ (CPF 141.903.798-67). ASSUNTO: 5º TERMO DE ADITAMENTO Nº 48 DE 06 DE ABRIL DE 2021. FINALIDADE: Inclusão de equipamentos. VALOR: R\$ 628.102,40. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-02. PROCESSO PRINCIPAL: 8349.989.19-4.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para, no prazo de 15 dias, conhecerem o teor do Relatório de Fiscalização produzido na DF-02 (ev. 15) e, ante ai o contido, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00003417.989.20-9. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE CAJURU (CNPJ 52.397.791/0001-39). INTERESSADO(A): JOAO MARCOS DE ARAUJO (CPF 262.410.328-79). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-06.

Cuidam os autos das contas da Câmara Municipal de Cajuru, relativas ao exercício de 2020.

Tendo em vista o contido no Relatório de Fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-06 (ev. 14) e de acordo com o que dispõem o artigo 29 da Lei Complementar 709/93, assino ao responsável pelas contas aqui em exame o prazo de 15 (quinze) dias para que tenha ciência daquele e apresente as alegações de interesse.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00006271.989.21-2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL (CNPJ 59.307.595/0001-75). ORGANIZ. SOC. CIVIL: ASSOCIACAO ESPORTIVA VIDA E MOVIMENTO (CNPJ 28.464.371/0001-43). INTERESSADO(A): MARISA CATALAO DE CARVALHO. ASSUNTO: PROCESSO: Nº 5187/2020. LICITAÇÃO: Termo de Colaboração. CONTRATO: 10/2020, 27/11/2020. OBJETO: 1º TERMO ADITIVO Nº 10/2020 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DE SÃO CAETANO DO SUL E ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA VIDA E MOVIMENTO. VIGÊNCIA: 29/11/2020 a 29/05/2021. VALOR: R\$ 763.253,28. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO PRINCIPAL: 18978.989.20-0.

Com o advento da Resolução nº 2/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 17 de abril de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IV do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00003871.989.20-5. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA ESPERANCA (CNPJ 01.659.362/0001-51). ADVOGADO: MANUELA MALITTE E SILVA TEOTONIO (OAB/SP 192.926). INTERESSADO: ROVILSON APARECIDO PEDROSO (CPF 306.466.908-76). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-06.

Cuidam os autos das contas da Câmara Municipal de Santa Cruz da Esperança, relativas ao exercício de 2020.

Tendo em vista o contido no Relatório de Fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-06 (ev. 14) e de acordo com o que dispõem o artigo 29 da Lei Complementar 709/93, assino ao responsável pelas contas aqui em exame o prazo de 15 (quinze) dias para que tenha ciência daquele e apresente as alegações de interesse.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00014533.989.19-0. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE (CNPJ 45.176.005/0001-08). ADVOGADO: ANA LAURA DE CAMARGO (OAB/SP 105.543) / JEAN JOSE DE ANDRADE (OAB/SP 269.886) / JAYME RODRIGUES DE FARIA NETO (OAB/SP 304.100). CONTRATADO(A): CONSORCIO ED-MOB-TAUBATE (CNPJ 33.679.477/0001-02). INTERESSADO(A): JOSE BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR (CPF 185.658.188-88). ADVOGADO: LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471). ASSUNTO: CONTRATO nº 44.175/18 - 12/03/2019. OBJETO: Execução de duplicação do viaduto Independência e adequação de acessos, Rodovia Presidente Dutra, Km 111 e 113, Pistas Norte e Sul, para a execução do Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental de Taubaté. VIGÊNCIA: 15 meses - 14/05/2019 a 13/08/2020. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO PRINCIPAL: 14131.989.19-6.

Mantenha-se o processo sobrestado enquanto se aguarda a completa instrução do processo principal, 14131.989.19-6.

Publique-se e cumpra-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ANTONIO CARLOS DOS SANTOS.

PROCESSO: 00012057.989.21-2. REPRESENTANTE: CERTAME COMERCIAL EIRELI (CNPJ 08.070.275/0001-03). ADVOGADO: PAULO FERREIRA BRANDAO (OAB/SP 196.342). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA (CNPJ 45.751.435/0001-06). ADVOGADO: ADEMAR SILVEIRA PALMA JUNIOR (OAB/SP 87.533) / CESAR HENRIQUE BRUNH PIERRE (OAB/SP 317.733) / DIEGO PIMENTA BARBOSA (OAB/SP 398.348) / GABRIEL CURCI TAVARES RISSO (OAB/SP 400.324) / GABRIELA CORREA BRAGA (OAB/SP 417.881)

ASSUNTO: Representação visando ao exame prévio de edital do Pregão Eletrônico nº 55/2021, Protocolo nº 2581/2021, SC nº 191/2021, da Prefeitura Municipal de Paulínia, tendo por objeto a aquisição, montagem e entrega de kits escolares. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03.

Relatório

Em exame, representação formulada por Certame Comercial EIRELI, contra o edital de pregão eletrônico n. 55/2021, lançado pela Prefeitura Municipal de Paulínia, para a aquisição de kits escolares.

O representante se insurge contra (a) a ocorrência de aglutinação indevida de itens de natureza distinta; (b) a previsão de prazo de validade de dois anos para o item massa de modelar (Anexo I – Especificações técnicas); (c) a previsão de certificação do INMETRO para o item massa de modelar; (d) a previsão de canetas hidrográficas de acordo com a norma "ASTM D 4236 e certificação compulsória do INMETRO" (Anexo I – Especificações técnicas); (e) o prazo de até três dias úteis para apresentação de amostras pelo licitante vencedor (item XIV, I do edital); e (f) a previsão de desclassificação de propostas omissas, irregulares ou capazes de dificultar o seu julgamento (item X, 10.8 do edital).

Por esse motivo, requer a paralisação cautelar da licitação. É o relatório. Decido.

I - Para fins de registro, deve-se anotar que (i) consta do edital, como data de sua assinatura, o dia 7/5/2021; (ii) a sessão de abertura dos envelopes está prevista para ocorrer no dia 26/5/2021, quarta-feira; (iii) a representante protocolou sua representação, contendo 38 páginas, no dia 24/5/2021,

segunda-feira; e (iv) não há notícia de impugnação administrativa perante a Prefeitura.

II – Registra-se que o certame em testilha dirige-se à aquisição de kits escolares, que estão a seguir discriminados:

Anexo II, lote 1 – kit creche e PROERB: apontador com depósito, caderno brochura ¼, cola branca 90g, cola colorida 6 cores, giz de cera 12 cores, guache 6 cores, lápis de cor grosso 12 cores, massa de modelar 12 cores, pintura a dedo 6 cores.

Anexo II, lote 2 – kit EMEI Pré-Escola: apontador com depósito, borracha escolar, caderno brochura ¼, caderno de desenho, caneta hidrográfica 12 cores, cola branca 90g, cola colorida 6 cores, giz de cera 12 cores, guache 6 cores, lápis de cor grosso 12 cores, lápis grafite, massa de modelar 12 cores, pasta políonda e tesoura escolar.

Anexo II, lote 3 – kit 1º ao 5º ano fundamental I: apontador com depósito, borracha escolar, caderno brochura ¼, caderno de desenho 96 fls., caneta hidrográfica 12 cores, cola branca 90g, giz de cera 12 cores, lápis de cor 12 cores, lápis grafite, pasta catálogo, régua escolar 30cm, tesoura escolar, material dourado (estojo de madeira para atividades pedagógicas).

Anexo II, lote 4 – kit 6º ao 9º ano fundamenta II, médio, técnico regular e EJA: apontador com depósito, caderno de desenho, caderno universitário 200 fls., calculadora de bolso, caneta esferográfica azul, caneta esferográfica vermelha, caneta esferográfica preta, cola bastão, compasso escolar, esquadro 45°, esquadro 60°, lápis de cor 12 cores, lápis grafite, régua escolar 30cm e transferidor de 360°.

III – Em relação às críticas formuladas pelo representante, verifica-se que:

(a) Os lotes dirigem-se a etapas distintas de formação escolar.

Por esse motivo, há itens que se repetem em todos os lotes, pois são comuns a todas as etapas de ensino (p. ex. apontador com depósito), e itens que são específicos a determinado lote, porque próprios da correspondente fase de desenvolvimento (p. ex. lote 1 – kit creche e PROERB: pintura a dedo 6 cores; e lote 4 - 6º ao 9º ano fundamenta II, médio, técnico regular e EJA: transferidor 360°).

Os produtos que compõem cada um dos lotes pertencem a um mesmo ramo de atividade e servem ao mesmo objetivo comum. Ao apreciar situação análoga, afirmou-se:

"(...) vê-se que a prefeitura optou por comprar um kit gestante. Trata-se, portanto, de negócio que se destina à aquisição de conjunto de itens distintos para uma dada finalidade comum. Em outras palavras, um kit pressupõe produtos diferentes voltados a uma mesma finalidade.

Este Tribunal não censura aquisições de kit, admitindo licitações de kits escolares e cestas básicas, por exemplo. Em ambos há itens distintos formando os conjuntos, como estojo e caderno e arroz e biscoito. No caso dos autos a situação é análoga.

O inconformismo do representante não se traduz em especificações técnicas tendentes ao dirigismo do resultado da disputa ou em impossibilidade material, ao menos isso não ficou demonstrado, de que os agentes do mercado atendem à composição dos kits constante do edital.

Também não se pode afirmar haver evidente despropósito na aquisição conjunta de creme para assadura e fralda descartável. Por esses motivos, as insurgências não prosperam". (TC-19240/989/16-0, Cons. Subs. Márcio Martins de Camargo, j. 16/12/2016)

Recentemente, ao se debruçar sobre situação semelhante, o Tribunal Pleno endossou o entendimento acima, reconhecendo as razões administrativas para a aquisição conjunta de itens diversos, mas que se prestam ao atendimento de um objetivo comum. Confira-se:

"Sem embargo e não se anteendo na licitação em exame qualquer evidência da aquisição de artigos personalizados ou sob encomenda, entendo que a retirada de poucos itens do edital para compra individualizada não só acarretaria a indesejada perda da economia de escala como também comprometeria a própria finalidade da licitação, aqui instaurada justamente para registrar preço de kits escolares em lotes, colocando em risco, caso acatada essa divisão do objeto, tanto a eficiência da contratação como a realização oportuna do interesse público" (TC-6641/989/21-5, Tribunal Pleno, Rel. Cons. Renato Martins Costa, sessão de 7/4/2021).

Ademais, nota-se que o contrato social da ora representante informa a comercialização de itens os mais diversos, de embalagens plásticas a material hospitalar, passando por kits escolares e produtos químicos(!). No passado, ao enfrentar situação análoga, consignou-se que:

"É artificial a segregação pretendida pelo representante entre produto têxtil (estojo) e produto de papelaria. Qualquer estabelecimento que se dedique ao comércio de itens de escritório oferece para venda estojo e outros produtos correlatos. O próprio contrato social de Center Valle, aliás, prevê o comércio de colchões, espumas, travesseiros e acolchoados, conjuntamente com produtos de metalúrgica em geral, por sua vez agregados com produtos de mecânica e material eletrônico em geral. Nesse quadro, beira a ironia afirmar perante esta Egrégia Corte de Contas que a comercialização de estojo com lápis, borracha, caneta e o que seja importa em restrição indevida à competição" (TC-14534/989/19-9, Cons. Subs. Antonio Carlos dos Santos, j. 19/6/2019).

Por esses motivos, não há indícios de fumaça do bom direito a justificar a concessão da medida de urgência em virtude da crítica aqui examinada.

(b) O representante não apresentou indícios de restrição indevida à competitividade ou de direcionamento do resultado do certame em virtude da previsão de prazo de validade de dois anos para o item massa de modelar (Anexo I – Especificações técnicas). Não obstante, em pesquisa por sítios eletrônicos de compras, a assessoria deste Gabinete observou que o prazo de validade desses produtos costuma ser de 36 (trinta e seis) meses. Assim, não há indícios de fumaça do bom direito a amparar a pretensão acautelatória pelo motivo aqui analisado.

(c) A exordial afirma que seria "abusiva" a previsão de certificação do INMETRO para o item massa de modelar, pois a portaria INMETRO 217, de 18/6/2020, "retirou a massa de modelar do âmbito de certificação do INMETRO". A informação não é procedente. A alteração levada a efeito por referido ato infralegal modificou a natureza do item massa de modelar, que passou a ser enquadrado como brinquedo, e não mais como material escolar. Contudo, o novel tratamento passa a valer apenas a partir do dia 1 de janeiro de 2022. Até lá, admite-se a comercialização de massa de modelar enquadrada como material escolar e sujeita à regulação anteriormente em vigor. Anota-se ainda que o tema passou por sucessivas alterações, em razão da pandemia atual, sendo afetado pelas Portarias INMETRO 111/2020 e 225/2020, que dilataram os prazos da Autarquia e adotaram outras providências. Por isso, é escusável eventual impropriedade do ato convocatório a esse respeito – impropriedade essa que não se está aqui a reconhecer e tampouco a exordial foi capaz de demonstrar.

A comissão de licitação deve atentar-se para a regulação aplicável no momento de verificar a adequação do item massa de modelar, de sorte a evitar prejuízos indevidos aos licitantes que efetivamente acorrem ao certame.

(d) Deve-se esclarecer que o Anexo I – Especificações técnicas diz que o item caneta hidrográfica deve estar de "de acordo com a norma ASTM D 4236 e certificação compulsória do INMETRO". Referida norma refere-se a condições de segurança tóxica e de prevenção a malefícios provocados por substâncias nocivas e reagentes a doenças crônicas. Não há previsão de que o item seja certificado ou contenha algum selo informando essa condição. Mas apenas que o produto apresentado possua as mesmas características de conformidade atribuídas pela

norma ASTM D 4236, expedida por entidade internacional de padronização e de verificação de conformidade. A exordial não apresentou indícios de que a previsão em testilha resultaria em restrição indevida à competitividade ou a importar em direcionamento do resultado da disputa. Não obstante, em pesquisa a sítios eletrônicos de compras, a assessoria deste Gabinete observou que há diversos produtos anunciados destacando justamente a sua conformidade com referida norma ASTM D 4236. Assim, não há indícios de fumaça do bom direito a amparar a pretensão acautelatória pelo motivo aqui analisado.

(e) O representante não apresentou motivos de fato e de direito a justificar seu inconformismo com o prazo de até três dias úteis para apresentação de amostras, pelo licitante vencedor (item XIV, I do edital). Trata-se de itens de prateleira, perfeitamente estoqueáveis, sem personalização alguma e amplamente disponíveis no mercado. Assim, não há indícios de fumaça do bom direito a amparar a pretensão acautelatória pelo motivo aqui analisado.

(f) A previsão de desclassificação de propostas omissas, irregulares ou capazes de dificultar o seu julgamento (item X, 10.8 do edital) deve ser lida e exercida pela autoridade competente em conformidade com a legislação de regência e com os termos do ato convocatório, considerado em sua integralidade. Eventual irregularidade proveniente do uso arbitrário da previsão aqui examinada deve ser analisada concretamente, uma vez verificada sua potencial ocorrência efetiva.

IV – Ante o exposto, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento do feito.

Registra-se que essa conclusão não significa que a matéria deixará de ser apreciada por esta Corte de Contas, mas tão somente desloca a devida análise para momento posterior, pela fiscalização ordinária deste Tribunal, caso eventualmente seja celebrado o respectivo contrato, nos termos do disposto no caput daquele mesmo artigo da Lei de Licitações.

Publique-se.

A guarde-se o prazo para recurso e comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas e à fiscalização, para anotações, arquivando-se ao final.

Encaminhe-se cópia eletrônica do presente despacho à entidade promotora do certame, para mera ciência e juntada nos autos do respectivo processo de contratação.

Ao cartório, para as providências devidas.

PROCESSO: 00011719.989.21-2. REPRESENTANTE: NADILSON DE SOUZA JUNIOR (CPF 896.235.921-91). REPRESENTADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO (CNPJ 49.528.110/0001-10). ADVOGADO: SUELY DUARTE DE MATOS (OAB/SP 45.106) / MAGALI PAIVA (OAB/SP 198.521) / ERIC CESAR MARQUES FERRAZ (OAB/SP 220.888) / JULIANA SARETTA VERISSIMO (OAB/SP 259.174) / DAVID DANIEL SCHMIDT NEVES DOS SANTOS (OAB/SP 266.505) / WILLIAM DE ANDRADE DORNAS (OAB/SP 285.888) / DAIANE FERNANDES BARATEIA (OAB/SP 357.531). ASSUNTO: Representação visando ao exame prévio de edital do Pregão n.º 07/2021 - Retificado, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, que tem por objeto o licenciamento de uso de sistemas informatizados de "Almoxarifado com controle de saída por código de barras", "Orçamento Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria" e "Patrimônio com controle de movimentação por código de barras", abrangendo ainda os serviços de conversão de dados, implantação e capacitação do quadro de pessoal, suporte técnico e manutenção mensal, por um período de 14 (quatorze) meses consecutivos. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-03.

Vistos.

Trata-se de representação formulada por Nadilson de Souza Júnior contra o edital de pregão presencial n. 07/2021, lançado pela Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para a contratação de licenciamento de software de sistemas informatizados de almoxarifado, orçamento programa, execução orçamentária e controle de patrimônio em movimentação por código de barras.

Em síntese, o representante se insurgiu contra a exigência de demonstração de funcionamento de todo o sistema, no primeiro dia útil subsequente ao da declaração do vencedor da disputa (ev. 1).

Em despacho assinado em 19/5/2021, às 18h45min., e publicado no dia 21/5/2021, determinou-se a sustação cautelar do certame, acolhendo as críticas apresentadas na exordial (ev. 13). No mesmo dia da publicação da ordem cautelar, 21/5/2021, a Administração peticionou para informar que, antes mesmo da prolação da ordem de sustação, sua comissão de licitação acolhera o pedido de impugnação administrativa apresentada pelo ora representante, determinando ela própria a sustação do procedimento para correção do ato convocatório. Os atos praticados pela Administração foram registrados em seus sistemas e subscritos no dia 19/5/2021, quando a ordem cautelar ainda não havia sido assinada e, por conseguinte, publicada (ev. 26).

O representante não se preocupou em acompanhar o andamento de sua impugnação administrativa e de comunicar o seu desfecho a este Tribunal.

Ao juntar os respectivos documentos comprobatórios do quanto acima narrado (ev. 26), a Administração informou que a contratação lá em curso já se encontra prorrogada, em caráter excepcional, nos termos do art. 57, § 2º da lei 8.666/93.

A Administração afirma, ainda, que está plenamente ciente da jurisprudence do Tribunal a respeito da matéria, amplamente citada na exordial e na própria ordem de sustação cautelar.

Em face do exposto, verifica-se que:

(a) Antes da prolação da ordem cautelar, a Administração já havia decidido e comunicado aos licitantes sobre a sua decisão de paralisação do certame, para fins de corrigir o respectivo ato convocatório.